

ESTUDOS I



FACULDADE de ECONOMIA da UNIVERSIDADE do ALGARVE

ESTUDOS I

Cidadania, Instituição e Património

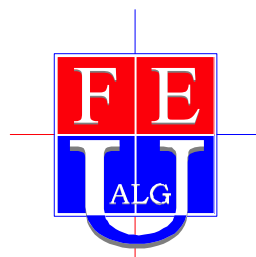
Economia e Desenvolvimento Regional

Finanças e Contabilidade

Gestão e Apoio à Decisão

Modelos Aplicados à Economia e à Gestão

A Faculdade de Economia da Universidade do Algarve



Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

2004

COMISSÃO EDITORIAL

António Covas
Carlos Cândido
Duarte Trigueiros
Efigénio da Luz Rebelo
João Albino da Silva
João Guerreiro
Paulo M.M. Rodrigues
Rui Nunes

FICHA TÉCNICA

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Campus de Gambelas, 8005-139 Faro
Tel. 289817571 Fax. 289815937
E-mail: ccfeua@ualg.pt
Website: www.ualg.pt/feua

Título

Estudos I - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Autor

Vários

Editor

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Morada: Campus de Gambelas
Localidade: FARO
Código Postal: 8005-139

Compilação e Design Gráfico

Susy A. Rodrigues

Revisão de Formatação e Paginação

Lídia Rodrigues

Fotolitos e Impressão

Serviços Gráficos da Universidade do Algarve

ISBN

972-99397-0-5 - Data: 26.10.2004

Depósito Legal

218279/04

Tiragem

500 exemplares

Data

Novembro 2004

**RESERVADOS TODOS OS DIREITOS
REPRODUÇÃO PROIBIDA**

Património mundial e desenvolvimento regional: O caso de Santarém

Maria Emília Ogando Gabriel

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Resumo

Este artigo tem por base um trabalho de dissertação de mestrado da autora sobre a candidatura do centro histórico de Santarém a Património Mundial.

Nesse estudo é feita uma análise aos muitos trabalhos levados a cabo pelo Gabinete de Projecto de Candidatura, tendo como objectivo saber qual o impacto que esse mesmo projecto, ele próprio gerador de emprego cultural, teve no desenvolvimento local e regional.

Pretendeu-se mostrar, por um lado, que a candidatura não era um mero acto administrativo mas antes um culminar de acções desenvolvidas ao longo de mais de duas décadas por um grupo de cidadãos que sensibilizaram a opinião pública, no sentido de acabar com a indiferença demonstrada pelas autoridades locais em relação ao património cultural do concelho de Santarém.

Definido o enquadramento, foi feita a observação *in loco*, efectuados quinhentos inquéritos a cinco freguesias representativas do concelho e quarenta e seis entrevistas a vários líderes de opinião, concluindo-se dos resultados que essa candidatura e as acções, que dela emanaram, trouxeram benefícios visíveis e previsíveis em termos de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: património cultural, associação, desenvolvimento regional.

Abstract

This article is based on a dissertation carried out by the author on the candidature of the historical centre of Santarém to the World Heritage classification.

The analysis was made on the one hand to the work carried out by the Department responsible for the Project and on the other to the impact that the Project itself generating employment had on the local and regional development.

The main purpose was to prove that the candidature was not an administrative act, but a result from all the actions that were developed by an association of citizens along more than two decades to stop the indifference shown by the local authorities, concerning the cultural heritage of that region.

After defining a framework, the observation was made *in loco*, by applying five hundred questionnaires in five parishes and carrying out forty-six interviews to opinion makers.

From the results it can be concluded that the candidature and the inherent actions have visible and foreseeable benefits in terms of regional development.

Keywords: cultural heritage, association, regional development.

1. Introdução

Houve três razões que nortearam a realização deste estudo. A primeira, de ordem profissional, decorre da necessidade de formação académica; a segunda, de ordem pessoal, prende-se com uma relação afectiva da autora com a cidade de Santarém, onde viveu alguns anos e onde foi particularmente sensibilizada para as questões do património, pelo grupo, que, posteriormente, viria a fundar a Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.

A terceira surgiu quando, durante um estágio no âmbito do Mestrado Europeu em Gestão Cultural, levado a efeito no Département des Études et de la Prospective (DEP) do Ministério da Cultura em Paris, se abordou o problema do emprego cultural.

Numa primeira abordagem, optou-se por recuar no tempo, o suficiente para dar um certo enquadramento ao estudo, pelo menos uns vinte anos, tantos quantos perfizera em Março de 1998 a Associação de Defesa do Património (ADP) de Santarém e, posteriormente, incidir mais concretamente sobre o Projecto de Candidatura de Santarém a Património Mundial, tentando, por fim, avaliar quais os seus reflexos no desenvolvimento local e regional.

Esta abordagem pretende demonstrar que, no caso de Santarém, a inscrição na Lista Indicativa da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) não é apenas um acto administrativo, mas sim, um trabalho de uma autarquia, de uma equipa, de uma população, de um concelho, num esforço conjunto, que já obteve os seus frutos e que tem no horizonte perspectivas múltiplas, decorrentes desse mesmo projecto.

Neste contexto, o tema aprofundado, tal como já referido, tem também a ver com a questão do “emprego cultural”. Aquando do estágio em França (Julho de 1996), vários questionários estavam a ser enviados pelo DEP para diversas entidades, no sentido de se obterem números significativos, que permitissem analisar os sectores onde estavam realmente a ser criados postos de trabalho em actividades culturais. Este levantamento de informação pareceu-nos bastante interessante e até vinha dar consistência ao trabalho que se pretendia levar a efeito.

Na altura, o Observatório das Actividades Culturais em Portugal, dirigido por Maria de Lurdes Lima dos Santos, dava os primeiros passos, não dispondo ainda de elementos suficientes sobre o assunto. Resolveu-se, portanto, fazer a investigação no local. Para tal, efectuou-se um estágio de um mês no Gabinete de Candidatura de Santarém a Património Mundial, entre Julho e Agosto de 1997, sobre o qual se elaborou um relatório, que serviu de ponto de partida para a dissertação de mestrado “*O lugar do Património no desenvolvimento local e regional- o caso de Santarém*”.

Entretanto, e para reforçar o interesse no trabalho, foi com alguma satisfação que, em Abril de 1998, se constatou que no exemplar da revista *Circular* o tema era tratado no artigo “Un thème particulièrement d’actualité en Europe: l’emploi dans le secteur culturel”. Inserido na rubrica “Focus”, que se baseia em documentos editados em diferentes países e redigido por um especialista na matéria, o artigo chamava a nossa atenção para o facto de, cada vez mais, a questão do emprego cultural desempenhar um papel de primeiro plano na Europa, no que toca a políticas culturais, sociais e de emprego (Bodo, 1998).

No mesmo artigo afirmava-se que em 1996 fora criado um grupo piloto no quadro do Eurostat, para levar a efeito um estudo aprofundado sobre o emprego cultural, esperando-se de Bruxelas que a Comissão publicasse o Livro Verde, fruto de um trabalho conjunto entre a Direction Générale X (DGX - Cultura e Comunicação) e a Direction Générale V (DGV - Trabalho e Políticas Culturais). Este documento traria a análise dos problemas relacionados com a situação do emprego cultural na Europa, a partir do impacto que as políticas culturais dos países europeus têm sobre o emprego, procurando, igualmente, definir as tendências do emprego cultural directo e indirecto. Interessava, sobretudo, à Comissão, desenvolver um tipo de emprego que parece atrair particularmente os jovens, rumo a objectivos concretos e para sectores potencialmente mais dinâmicos, sem esquecer, contudo que “a cultura é um fim em si e não um meio e que associar cultura e emprego significa dar ao desenvolvimento um impulso qualitativo, mais do que quantitativo”(vide *Circular*, p.15).

Em Novembro de 1997 o assunto foi tema para uma Cimeira do Emprego no Luxemburgo, dado existirem cerca de dezanove milhões de desempregados na União Europeia e haver necessidade de encontrar outras soluções.

Uma vez mais, achou-se que o estudo seria actual e fazia pleno sentido, visto que, para além de abordar a Candidatura de Santarém a Património Mundial, como um projecto inovador, tinha a preocupação de analisar o impacto que esse mesmo projecto, também ele gerador de emprego cultural, viria a ter no desenvolvimento local e regional.

2. Enquadramento teórico-conceptual e objectivos

2.1 - Definição e construção de conceitos

2.1.1 - Património: património cultural e património mundial

Segundo Choay (1992: 9), originariamente, o património pode ser entendido como um bem que é transmitido em herança de pais para filhos. Esta será a definição associada à propriedade de uma família, mas que tem vindo a alargar-se e a adoptar outras classificações.

Nas últimas décadas a palavra património, que aparece na expressão “património cultural” é usada, não no sentido de propriedade, mas de acervo de bens de reconhecido interesse para o país e que passou a incluir todos os valores culturais, das cidades, vilas e aldeias, não se limitando a edifícios isolados, englobando bairros antigos, passando pelos arquivos, a etnologia e a protecção dos sítios.

E porquê esta preocupação em preservar o acervo cultural? Talvez porque, hoje em dia, com a crescente globalização, há que preservar uma identidade entre multiculturas que, cada vez mais, se articulam nos novos espaços de comunicação.

O fenómeno da identificação é, talvez, o mais importante aspecto psicológico da cultura, uma ponte entre a personalidade e a cultura. E se funciona admiravelmente quando há transformações lentas, produz imenso desgaste em períodos de transformações rápidas, como as que vivemos frequentemente. Prova, então, ser o

obstáculo mais importante para uma melhor compreensão entre as culturas e melhoria das relações entre os povos de todo o mundo (Hall 1979: 234).

Por outro lado, e à semelhança do que se pensava no fim do século dezanove, avança-se a hipótese de não haver arte na civilização futura e, renunciando à arte, a humanidade correr o perigo de renunciar à sua própria história, documentada em monumentos e obras artísticas. Daí, talvez, a actual necessidade de inventariação, de restauro, de catalogação, de museografia.

Lourenço (1988:17) afirma:

“Homens e povos acordam tarde sobre si mesmos. É por isso que o essencial das suas actividades se passa a construir esse passado original sem o qual não teriam futuro, ou apenas um presente sem espessura. É a este processo, ao mesmo tempo real e imaginário, que chamamos preocupação e busca de identidade”.

Existe uma preocupação, cada vez maior, em revitalizar os centros urbanos antigos com a reutilização do património edificado, mantendo a ambiência social dos bairros históricos. Hoje em dia não é só a memória que importa preservar, mas o direito à qualidade de vida, que passa pela cultura. Muitas vezes, as pessoas que habitam esses lugares são, elas próprias, intervenientes ou observadoras na história de algum património edificado, pelo que há todo o interesse em preservar esse “património humano”, que nos legará o seu testemunho oral. Mas isso nem sempre é conseguido, assistindo-se à crescente desertificação dos centros históricos.

Apesar de a recuperação de centros históricos e de aldeias classificadas como culturais nem sempre produzir os efeitos desejados, se estiverem despovoados, é preferível salvar esses lugares, evitando a sua total degradação e, conseqüente desaparecimento, pois eles fazem parte integrante da nossa identidade.

Mas se, por um lado, o património cultural desempenha um papel relevante na identificação dum povo e no desenvolvimento duma região, ao promover o turismo e o diálogo entre culturas, por outro, as repercussões dum turismo de massas sobre o património cultural e natural começaram a preocupar os governos dos vários países, as organizações internacionais governamentais como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), o Conselho da Europa e a União Europeia, bem como as Organizações não Governamentais (ONG's), tais como o International Council of Monuments and Sites (ICOMOS) e o International Council of Museums (ICOM), entre outros, e a Organização Mundial do Turismo (OMT).

Houve, assim, a necessidade de criar leis, que definissem exactamente o que é património cultural, o que é preciso preservar, como e porquê, criando-se classificações, quer a nível nacional quer a nível internacional.

A Convenção da UNESCO, no seu artigo 1º apresenta a seguinte definição de património:

“Consideram-se como património cultural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse. Estes últimos podem englobar obras do homem ou da natureza (fazendo portanto o salto para o artigo 2º sobre o património

natural), e zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (Saldanha *in* Coelho 1997: 25)

A Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural aprovada pela UNESCO em 1972, pretende estabelecer um sistema de protecção colectiva e estabelece princípios para a classificação de património mundial, onde Santarém se insere com o seu Projecto de Candidatura:

“Considera-se que o património mundial é constituído por bens de interesse excepcional, de valor universal, por vezes testemunhos únicos, respeitando critérios de autenticidade e de integridade, e que devem ser considerados pertença não apenas do Estado em que se encontram, mas de toda a humanidade, pretendendo-se que toda a humanidade se envolva na defesa e salvaguarda de modo a assegurar a sua transmissão às gerações futuras. Entende-se, deste modo, que a perda ou deterioração grave de um bem classificado como património mundial acarreta um empobrecimento do património de todos os povos do mundo” (Galhardo, 1996: 97).

Daí que seja de grande prestígio para qualquer lugar do mundo ser classificado pelo Comité da UNESCO como património mundial. Em Portugal, graças aos esforços conjuntos de várias associações, técnicos e autoridades, desde 1983 que vários monumentos e sítios são abrangidos por essa classificação, que “impõe a auto-responsabilidade do país profundo, uma espécie de carta de deveres de cidadania” (Serrão *in* Coelho, 1997: 10-11). O nosso país está já significativamente representado na Lista da UNESCO com vários bens ou conjuntos nela incorporados, que vão dos centros históricos aos monumentos, passando pelas paisagens culturais e pelos sítios arqueológicos.

Face ao aumento do individualismo de massa e às exclusões sociais, a cultura aparece, cada vez mais, como um factor essencial de coesão, de construção da pessoa, na sua busca de raízes, na integração numa colectividade com a qual se identifica. E, ao reunir as populações em torno das suas referências culturais, ao evitar a sua dispersão, ao requalificar os espaços urbanos, ao melhorar a qualidade de vida dessas populações, cria-se uma imagem positiva, que desperta o interesse de investidores internos e externos.

A salvaguarda do património construído e da paisagem que o sustenta surge-nos, pois, como algo que só se torna possível se houver um desenvolvimento no plano económico, cultural mas também social.

2.1.2 - Antecedentes culturais: do Associativismo à Candidatura

Para se compreender a actual dinâmica cultural de Santarém, torna-se necessário recuar às origens do movimento associativo pela defesa do património cultural e natural daquela cidade.

Como se sabe, o grito de alerta havia sido lançado no séc. XIX pelos Românticos, que viam desaparecer exemplares que tinham começado a valorizar.

Garrett, Herculano, Vilhena Barbosa, Possidónio da Silva e outros acusavam o município como principal responsável pela destruição do património.

Posteriormente, a imprensa regional viria a ter um papel primordial nesta matéria, porquanto uma câmara podia cair pelo simples facto de se publicar uma notícia mais sensacional.

Em 1878, após uma campanha pública, constituía-se um Museu Distrital, inaugurado em 1889, que, embora salvando alguns vestígios deixados pelo vandalismo, seria igualmente o lugar onde se “depositaria” aquilo que “a consciência achava perigoso destruir ou não era curial deitar fora”(Custódio, 1979: 24). Assim, o Museu de S. João de Alporão iria albergar durante anos, centenas de artefactos e fragmentos de objectos, na sua grande maioria da cidade, oriundos, sobretudo de demolições e, daí, a popular designação de "Museu dos Cacos".

Por volta de 1916, em plena República, surgiu a Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém, cuja acção se prolongou até cerca de 1927. Constituída em função do Museu, foi uma antecessora das novas Associações. Começou por pedir a classificação dos monumentos de Santarém e, em seguida, face à acção da Câmara e à indiferença da comunidade, mandou enviar para o Museu todos os objectos de valor arqueológico deixados ao abandono, aquando das demolições de antigas casas e ruas da cidade. Como entretanto se fizeram membros do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição Nacional, conseguiram parar a destruição do que ainda restava do séc. XIX.

Em 1949 publicava-se o 1º Inventário Sistemático do Património Monumental do Concelho de Santarém.

Contudo, depois da actividade desenvolvida por aquela Comissão, haveria mais atentados contra o património, principalmente nos anos cinquenta e sessenta, com as novas tendências urbanísticas e a expansão da indústria turística massificada.

Mas em 1973 Santarém voltou a despertar o interesse de investigadores. Durante 3 anos, um grupo de Escalabitanos resolve recolher e organizar material bibliográfico e iconográfico.

Em 1974 a cidade iria ser a grande protagonista de mais uma página de História, quando, a 25 de Abril, com Salgueiro Maia, gerou a Revolução, que iria pôr termo a 48 anos de ditadura no nosso país. Com ela surgiu a democracia, nomeadamente a autárquica. Até aí, os Presidentes de Câmara eram nomeados e escolhidos pelo Governo ou designados pelos Governadores Civis; depois, passam a ser eleitos pelo Povo, em eleições livres.

Em 1976 formou-se o grupo que iria montar a exposição " Santarém, a Cidade e os Homens". O seu papel foi decisivo, pois, através de exposições, recitais de música, visitas guiadas, conseguiu sensibilizar a população e, paralelamente, actuar como " grupo de pressão" sobre os Institutos do Estado e a Autarquia.

Desse grupo nasceu em 1977 a Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico - Cultural de Santarém (AEDPHCS), que se constituiu em Março de 1978.

Em Maio de 1978 realizou-se em Alcobaca o 1º Encontro Internacional para a Investigação e Defesa do Património, em que a referida Associação esteve presente,

tendo o Dr. Jorge Custódio, um dos seus sócios fundadores (Gabriel, 1998: 29) apresentado uma comunicação, que virá a dar origem ao seu estudo “ O Património Monumental de Santarém. Fases da sua Destruição”, publicado um ano depois.

Esta Associação definiu um Plano de Salvaguarda para o Centro Histórico e criou um prémio anual intitulado “Santarém cidade a defender” para entregar a todas as entidades que, de alguma forma, contribuam para a salvaguarda do património edificado.

Em Janeiro de 1980, 51 Associações e Grupos de Defesa e Estudo do Património reuniam em Santarém, durante 3 dias. Tinha então lugar o 1º Encontro Nacional de Associações desta natureza, onde, pela primeira vez, havia uma concertação de esforços. Das 44 propostas apresentadas, 37 foram aprovadas, vindo a nortear várias acções, que deram origem a uma multiplicação de contactos e conhecimentos, estimulando a criatividade, a imaginação e a luta em prol da defesa e salvaguarda do património cultural e natural. Até aí, estes dois aspectos (cultural e natural) tinham andado dissociados. E as Conclusões deste Encontro viriam a constituir, por assim dizer, a 1ª “ Carta Portuguesa do Património”, onde iriam ser fixados os princípios, as questões e as práticas de salvaguarda do património cultural e natural (Gabriel, 1998).

Os efeitos desse 1º Encontro repercutir-se-iam por todo o país, com carácter duradouro. A partir daí, as Associações passaram a assumir as preocupações, cuidados e intransigência a que o Estado e a autarquia se iam esquivando.

A 20 de Dezembro de 1980 essas Associações, em Reunião Geral, aprovavam os Estatutos da Federação, que se constituiu por escritura notarial em 26 de Fevereiro de 1981.

Nesse ano ainda, em Abril, na cidade de Braga, deu-se mais um passo em frente, ao realizar-se o 2º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, promovido pela Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural de Braga (ASPA) e pela Associação Cultural dos Amigos do Parque Nacional da Peneda Gerês (APNGP).

Sucederam-se outros Encontros Nacionais, como o de Torres Vedras (1983), e o de Setúbal (1986), onde se definiram os princípios que iriam nortear as práticas e políticas do património cultural.

Entretanto, em Santarém, os anos de 1985, 86 e 87 foram de verdadeira luta contra a inoperância da Câmara, denunciada, mais uma vez, na imprensa regional.

Assim, em 1985, o Arquitecto José Augusto Rodrigues, colaborador da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-cultural de Santarém, utilizando a imprensa regional, mandava um “Recado aos Autarcas”:

“Entender o património edificado como uma questão cultural relacionada com a posse colectiva duma herança/memória, é também uma questão estrutural e económica, pois a depredação actual a que se assiste é consequência do sistema produtivo e fundiário, que segue a regra do máximo lucro no mínimo de tempo; é também uma questão social, pois tem a ver com a qualidade de vida dos cidadãos”.

A 4 de Abril de 1986 o Jornal *O Ribatejo* denunciava um verdadeiro atentado ao património, ao transcrever as palavras do arquitecto responsável pelos Serviços de Urbanização:

“Há que construir novas habitações. Hoje em dia os prédios crescem em altura, e não se justifica a existência daquela banda contínua de casas rasteiras e vulgares”.

Tratava-se (apenas!) da destruição dum bairro social dos finais do séc. XIX, o Bairro Laurentino, que tinha sido classificado a pedido da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.

Em Janeiro de 1987 esse mesmo Jornal iniciava a publicação duma página quinzenal da autoria do Dr. Jorge Custódio, intitulada “Património e Cultura”, uma intervenção crítica, com o objectivo não só de informar mas também de formar.

Durante todo esse ano vários artigos foram publicados, denunciando a ausência de uma política cultural na cidade e divulgando, não só o património edificado, mas também o literário, o artístico e o etnográfico. Pretendia-se a total sensibilização da comunidade, pois “sem a participação activa da população não há desenvolvimento” (Custódio, 1988).

Em 1989 era criado o Gabinete de Planeamento Municipal na Câmara Municipal de Santarém (CMS), que iria delimitar o Centro Histórico da cidade, com o propósito de o salvar e reabilitar, e publicava-se o Decreto-Lei 426/89 de 6 de Dezembro, apontando as medidas cautelares de segurança contra Risco de Incêndios em Centros Urbanos Antigos.

A partir de 1990 a Câmara assumiu o património como vertente cultural, criou um pelouro do património e celebrou um Protocolo de Colaboração com a Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.

Após vários anos de luta, a atitude da autarquia face ao Património mudara radicalmente.

2.1.3 - O Projecto de Candidatura Santarém a Património Mundial

Como se pode verificar na página 8 da publicação *Santarém Cidade do Mundo*, a proposta de Santarém a Património Mundial foi pela primeira vez formulada em 10 de Dezembro de 1990, quando se assinou o protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Santarém e a Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém. Citando Custódio (1996a: 8):

“Os passos necessários a uma Candidatura a Património Mundial, para além da comprovação científica que justifique a universalidade, excepcionalidade e autenticidade de um bem natural ou cultural são: o aval da sociedade civil e o reconhecimento das instâncias culturais e políticas do país; a entrega do formulário de candidatura à Comissão Nacional da UNESCO, para inscrição do bem na Lista Indicativa; a entrega do processo

de classificação depois de totalmente instruído e documentado fotográfica e cartograficamente; acompanhar de forma técnica e política a Candidatura apresentada e esperar o veredicto dos técnicos do ICOMOS (no caso dos Monumentos, Sítios e Centros Históricos) e do Comité da UNESCO, não sem que se possa recolher sugestões e propostas de alteração enquadráveis na lógica e natureza dessa candidatura”.

Através do processo de candidatura a património mundial entregue na UNESCO pretende-se salvaguardar a identidade do sítio, criando mecanismos que permitam equilibrar a sua excepcionalidade com a expansão da urbe.

Em 1991 criou-se o Gabinete Técnico Local (GTL), cujo objectivo era a elaboração do Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico. Posteriormente, a Câmara criou na sua estrutura orgânica a Divisão dos Núcleos Históricos, integrando todos os técnicos que pertenciam ao GTL.

Entre 1990 e 1993, por iniciativa do presidente da Câmara, a Candidatura foi anunciada publicamente. O Projecto foi materializado através da publicação do Aviso nº 118/95 (DR II Série, de 6/12/95) e a criação duma Unidade Orgânica Transitória da Câmara Municipal de Santarém, através do Aviso nº 66/96 (DR II Série - 26/9/96). Nesse novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais é instituído o Gabinete de Candidatura, directamente dependente do Presidente da Câmara de Santarém.

No ponto um deste Regulamento (art.º 16) pode ler-se o seguinte:

“A candidatura de Santarém a património mundial é um projecto promovido pela Câmara Municipal, tendo em vista a protecção dos valores histórico-urbanísticos, mormente paisagísticos e culturais, a qualidade de vida dos cidadãos, a cultura, o desenvolvimento integrado e o turismo”.

O Gabinete do Projecto de Candidatura iniciou a sua instalação no Edifício da Assembleia Distrital de Santarém, em Dezembro de 1995, sendo Director o Dr. Jorge Custódio, na directa dependência do Presidente da Câmara, Dr. José Correia Noras. As principais funções deste Gabinete constam do Aviso nº 118/95.

O Projecto de Candidatura, ao ser integrado na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Santarém é **inovador**, exactamente pelo modo como envolve toda a Câmara Municipal, viabilizando contactos inter-departamentos, tão necessários numa lógica horizontal, que pode tocar outros serviços e garantir maior coesão do plano de actividade e das iniciativas postas em curso (Custódio, 1996a: 3).

A dinâmica do Projecto deve-se a uma equipa pluridisciplinar, composta por técnicos da Câmara e alguns colaboradores do exterior, que não medem esforços para levar por diante os objectivos que se propunham.

Durante 3 anos, face à insuficiência dos dados existentes e segundo Custódio (1996a: 5):

“Foram produzidas e digitalizadas cinquenta cartas geográficas e históricas, ao todo, no âmbito da Candidatura e quarenta para o Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico. A nível fotográfico fizeram-se para cima de 1.500 diapositivos de vários tamanhos e várias centenas de fotografias num dos primeiros levantamentos sistemáticos do centro Histórico e dos Monumentos da cidade, sem falar nas imagens realizadas para apoio do inventário do património móvel. Encomendou-se um vídeo”.

Após esses 3 anos de investigação, os estudos históricos, urbanísticos e patrimoniais efectuados pela equipa, que se formara em Maio de 1993, deram origem à inscrição de Santarém na Lista Indicativa e em Dezembro de 1996 a Candidatura era enviada à Reunião do Comité da UNESCO para ser analisada em Dezembro de 1998.

A obra *Santarém Cidade do Mundo* é o suporte principal da Proposta enviada à UNESCO. Trata-se dum estudo sistemático do seu Centro Histórico, apresentado em 2 volumes, ao qual se juntou um terceiro *Património Monumental de Santarém. Inventário. Estudos descritivos*, todos eles editados pela Câmara Municipal. Os 3 volumes foram traduzidos para francês, trabalho que foi acompanhado pelo Gabinete.

Foram múltiplos os estudos efectuados a vários níveis: histórico, geográfico, cartográfico, iconográfico, urbanístico, arquitectónico, arqueológico, paisagístico, legal, etc., tanto mais que, quando se iniciaram os trabalhos, a informação disponível sobre o património de Santarém era pouca ou dispersa e fragmentada. Por outro lado, novos critérios estavam a ser exigidos pela UNESCO, diferentes dos que existiam nas orientações datadas de 1991 e que haviam norteado as candidaturas de Évora e Angra do Heroísmo.

Para além da Candidatura propriamente dita, o Gabinete do Projecto tinha ainda a seu cargo: inventário do património imóvel da cidade; inventário do património imóvel concelhio; inventário do património móvel da cidade e do concelho; obras de conservação e restauro; arqueologia; museologia e diversos trabalhos de investigação.

Entretanto, a Câmara Municipal de Santarém encetou em 1994 outra actividade que poucos municípios do país ainda dispunham: a conservação e o restauro, pela qual era também responsável o Gabinete de Candidatura, conforme consta na alínea f) do Aviso 118/95.

Em 1996 foi criada a Reserva Municipal com a Secção de Arqueologia, onde, a partir de Janeiro de 1997, foram assegurados com continuidade trabalhos de inventariação e tratamento de bens arqueológicos, estando prevista a instalação dum laboratório de restauro desses bens, o que levaria a um reforço da equipa de arqueologia no que toca a auxiliares de museografia e técnica de restauro. Também estava pensado um espaço de estudo para receber investigadores do exterior.

No que respeita mais concretamente aos postos de trabalho, em 1987 contrataram-se 5 pessoas para o Gabinete Técnico Local. Em 1989, este Gabinete dava origem à Divisão dos Núcleos Históricos para a qual foram criados outros postos de trabalho, não só de técnicos mas também administrativos (Gabriel, 1998:37-38).

Em Abril de 1992, e depois de estarem fechados há décadas, iniciou-se a abertura dos monumentos ao público, sendo necessário organizar um serviço de guardaria de qualidade.

Em 1996, a 1 de abril, mais propiamente, Gabinete do Projecto Municipal Santarém a Património Mundial integrava 21 elementos (Gabriel, 1998: 37-38).

Se abrirmos um dos livros suporte da Candidatura *Santarém Cidade do Mundo*, podemos observar o enorme número de colaboradores, pois, para se concretizar um projecto como este de Santarém foi preciso recorrer a especialistas nas mais diversas áreas: historiadores, urbanistas, sociólogos, engenheiros, documentalistas, ecologistas, fotógrafos, etc.

Por outro lado, se consultarmos alguns dados estatísticos, relativamente ao número de visitantes dos monumentos nos anos de 1994 e 1995, por exemplo, verificamos que o mesmo subiu significativamente, o que se traduz igualmente num aumento de vendas de publicações (Gabriel, 1998).

Se pensarmos nalgumas das obras em curso na altura, a cargo de várias empresas de construção civil, nomeadamente na Igreja da Misericórdia, no Mosteiro de Almoester, na Igreja da Graça, na Casa do Brasil, na Torre das Cabaças, etc., então a lista alongar-se-á muito mais.

2.2- Objectivos e universo de pesquisa

2.2.1 – Objectivos

O principal objectivo do estudo era analisar até que ponto todo esse esforço se estava a traduzir num verdadeiro desenvolvimento, pois uma das ideias centrais do Projecto de Candidatura é, exactamente, o “ Renascimento da cidade”, em que se pretende fazer a ligação entre o Passado e o Futuro, mas introduzindo novos conceitos como “ paisagem”, “reserva cultural”, “espírito do lugar”, qualidade de vida” e “ambiente”. Pretendeu-se estudar a dinâmica do processo de Candidatura, analisando o impacto que esse mesmo projecto, também ele gerador de emprego cultural, ia tendo no desenvolvimento local e regional (Gabriel, 1998: 37-38).

Para tal, realizaram-se 500 inquéritos para uma amostragem probabilística e efectuaram-se 46 entrevistas para uma amostra direccionada.

As hipóteses levantadas foram duas, mas o teste da 2ª estava condicionado à confirmação da 1ª:

- 1ª - O património tem um papel importante no desenvolvimento local e regional;
- 2ª - A candidatura de Santarém a Património Mundial trouxe benefícios visíveis para a cidade/região.

2.2.2 - Universo de pesquisa

Foi escolhido um universo constituído por 5 freguesias, extraídas dum conjunto de 28, que fazem parte do concelho de Santarém. Dessas freguesias, duas são urbanas, sendo uma na parte alta (Marvila) e outra na parte baixa (Sta Iria da Ribeira de Santarém, vulgarmente chamada Ribeira); uma situa-se a ocidente de Santarém

(Almoster); outra a noroeste, a 23 km (Alcanede) e outra a nordeste, a 22 km (Pombalinho), portanto com características geográficas diferentes mas também com actividades diferentes e diferente número de habitantes.

Depois de consultar os Censos de 1991, que nos davam um total de 62.621 habitantes para o concelho, o Plano Director Municipal (PDM) e outra documentação mais actualizada (1998), cedida pela Câmara Municipal de Santarém (CMS), nomeadamente *O Concelho em Números*, e confrontando, por um lado, com as projecções, que apontavam para uma população de 65.500 no ano 2000, e, por outro com o número de recenseados nalgumas freguesias, os indicadores que serviram de base para efectuar os inquéritos foram os constantes na publicação da CMS *20 anos de poder local democrático*.

Assim, contando um total de 21.982 habitantes nas 5 freguesias, para a freguesia de Marvila, onde o universo era de 9.932 habitantes, obteve-se uma amostra de 200 indivíduos (110 homens e 90 mulheres); para a freguesia de Alcanede, onde o universo era de 7.000 habitantes obteve-se uma amostra de 140 indivíduos (70 homens e 70 mulheres); para a freguesia de Almoster, onde o universo era de 2.200 obteve-se uma amostra de 60 indivíduos (27 homens e 33 mulheres); para a freguesia da Ribeira, onde o universo era de 2.000 habitantes, obteve-se uma amostra de 60 indivíduos (30 homens e 30 mulheres) e, finalmente, para a freguesia de Pombalinho, onde o universo era de 850 elementos, obteve-se uma amostra de 40 indivíduos (19 homens e 21 mulheres).

3. Métodos de recolha de dados

3.1 - Métodos utilizados para a elaboração do estudo

A pesquisa, que exigiu a presença prolongada no contexto social em estudo, teve presente um contacto directo com as pessoas e as situações, combinou várias técnicas, nomeadamente a observação directa, a observação participante, entrevistas formais e informais, análise de diversos documentos e a realização de questionários e entrevistas, o que permitiu obter uma informação muito rica e variada.

A grande dimensão do universo impossibilitou a sua investigação exaustiva, quer por falta de tempo, quer por falta de recursos. Assim sendo, o questionário e as entrevistas foram realizados apenas a uma amostra e não ao universo.

Do mesmo modo, foi indispensável proceder a uma extensa análise de documentos, de natureza e proveniência bastante diversificadas, uma vez que se quis, fazer o levantamento dos antecedentes culturais, nomeadamente em termos de movimento associativo em prol da salvaguarda e defesa do património. Depois, no que respeita aos números do concelho e das freguesias escolhidas para base de amostra, foi preciso recorrer a vários dados, quer do Instituto Nacional de Estatística (INE), quer do Plano Director Municipal (PDM), quer de outra documentação da Câmara, tentando, simultaneamente, acompanhar a imprensa regional, porquanto a mesma tem tido um papel de imensa importância para o tema em estudo.

3.2 - Período de recolha de dados

A investigação teve de ser feita em várias fases.

Numa 1ª fase foi feita a 1ª deslocação ao terreno em Dezembro de 1996 e efectuados os primeiros contactos. Observou-se a situação da Candidatura de Santarém, e tiraram-se notas.

Numa 2ª fase, de 8 de Julho a 8 de Agosto de 1997, foi feito um estágio no Gabinete de Candidatura de Santarém a Património Mundial. Fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre o movimento associativo e o projecto de candidatura e obteve-se alguma documentação de suporte.

Na 3ª fase, entre Maio e Julho de 1998, foi feita a aplicação de quinhentos questionários e realizadas 46 entrevistas.

Coligiram-se ainda artigos e recortes de jornais sobre o tema de pesquisa, fotos, plantas, mapas, e outra documentação que aparece em anexo à tese de dissertação de mestrado de Gabriel (1998).

3.3 - O questionário

A elaboração do questionário revestiu-se de certos cuidados, com vista a permitir que todas as pessoas entendessem as perguntas, a fim de recolher o máximo de opiniões.

Foi feito um pré-teste a 15 pessoas, de forma a avaliar qual o melhor procedimento.

As questões foram enumeradas, tendo cada questão várias opções, às quais foi atribuído um código.

O questionário foi levado a cabo nas 5 freguesias já indicadas: Marvila, Alcanede, Almoester, Ribeira e Pombalinho.

Atendendo às diferentes características das freguesias e ao desconhecimento por parte da autora de certos lugares das mesmas (como é o caso de Almoester e de Alcanede), optou-se por solicitar a colaboração de pessoas residentes. Acrescentem-se vários outros motivos, entre os quais uma maior facilidade de abordagem da população e maior celeridade na recolha de informação.

3.4 - A entrevista

A entrevista estava padronizada e repetia três perguntas dos questionários, para uma mais fácil análise e comparação das respostas.

Foi feita uma entrevista exploratória, em 10 de Maio de 1998, a fim de verificar qual a aplicação das três questões. As restantes entrevistas foram efectuadas entre 29 de Maio e 6 de Julho de 1998.

Ao contrário dos inquéritos, em que a amostragem é aleatória, esta amostragem é estratificada, ou seja, foram seleccionados indivíduos, na sua maioria líderes de opinião, naturais do concelho e residentes, tendo a escolha recaído propositadamente nas freguesias urbanas, mais concretamente nas do Centro Histórico, objecto da Candidatura a Património Mundial, onde alguns têm casa ou exercem a sua actividade.

Foram recolhidos depoimentos de 31 homens e de 15 mulheres, de diversas faixas etárias e com diversas actividades. A intenção era ouvir aqueles que estão mais ligados ao tal “renascimento” da cidade, alguns deles fundadores da Associação de Estudo e Defesa de Património Histórico-cultural de Santarém. Dessas 46 pessoas apenas 6 não residem no concelho. A maioria é natural do concelho, aí reside ou exerce a sua actividade e alguns têm casa e exercem a sua actividade no próprio centro histórico.

Assim, foram ouvidos o vigário geral da diocese, presidentes de junta, estudantes, professores, investigadores, comerciantes, industriais, jornalistas, gente ligada à economia, à cultura, ao desporto, reformados, desempregados, associações, mecenato, entre outros.

4. Resultados estatísticos

4.1 - Análise dos dados referentes ao questionário

No que respeita aos quadros, e, não pretendendo fazer aqui uma análise exaustiva dos números obtidos, tanto mais que não se é especialista na matéria, arrisca-se, contudo, tecer algumas considerações.

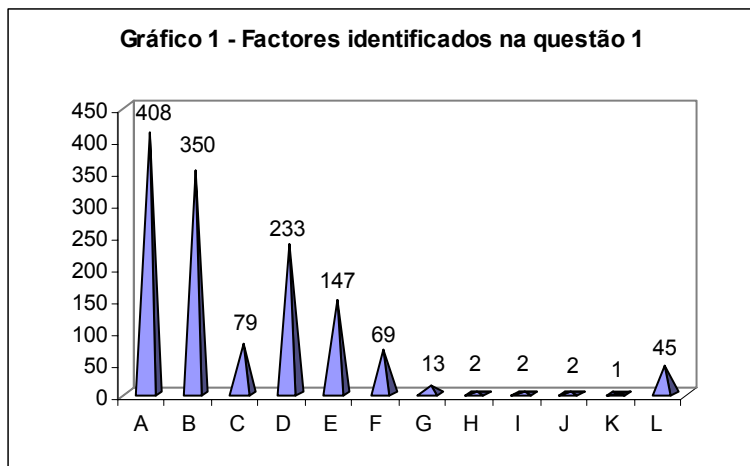
No total de quinhentos inquiridos, há 303 que são naturais do concelho, só um não é residente, 143 residem há mais de dois anos, 12 residem há dois anos, 9 residem só há um ano.

Quanto às idades, responderam 44 com idades até aos 18 anos, 109 com idades compreendidas entre os 19 e os 30 anos, 109 com 31 a 45, 134 tem entre 46 e 60 anos e 103 tem mais de 60 anos.

Foram inquiridos 236 homens e 264 mulheres, dos quais 91 são estudantes, 240 trabalhadores activos, 10 desempregados, 53 domésticas, 81 reformados, 19 vivem de rendimentos próprios, 5 estão a cargo da família e 1 não respondeu.

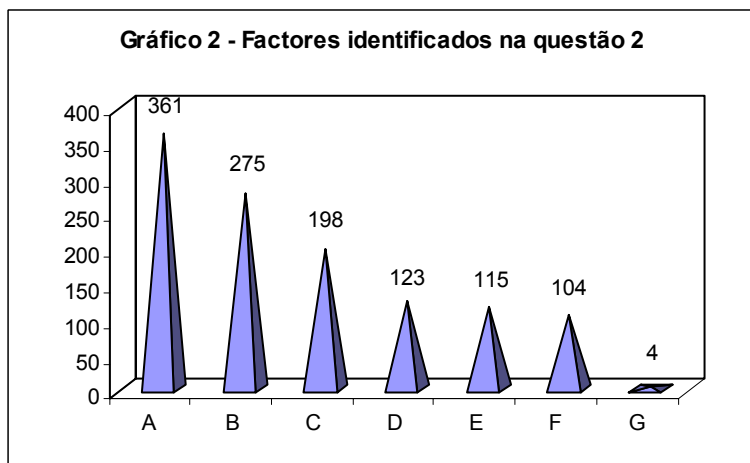
Quanto às habilitações, 45 não tem qualquer tipo de instrução, 138 têm a instrução primária (a maioria), 65 tem o ciclo preparatório, 79 o curso geral unificado, 77 o curso complementar, 35 um curso médio, 59 tem um curso superior e 2 não responderam.

Analisando agora as outras perguntas e para as quais havia várias opções, podendo haver respostas múltiplas, no que se refere à primeira questão (“Que entende por património cultural?”), para a grande maioria está associado a “monumentos”, “sítios históricos”, “peças de museus” e só depois é que consideram a “língua”, os “conjuntos urbanos” e o “meio ambiente”. Dos inquiridos, 45 não sabem o seu significado.



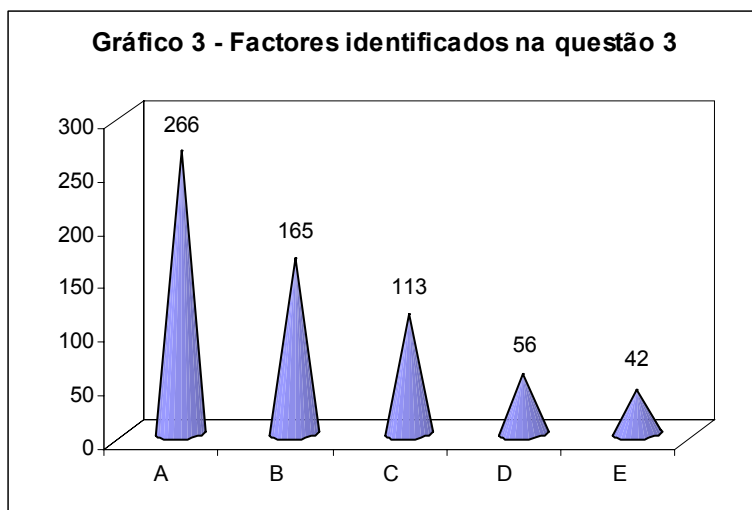
- Legenda:**
- A** - Monumentos
 - B** - Sítios Históricos
 - C** - Conjuntos Urbanos
 - D** - Peças de Museus
 - E** - Língua
 - F** - Meio Ambiente
 - G** - Fábricas/ Máquinas
 - H** - Folclore
 - I** - Biblioteca Pública
 - J** - Documentos Históricos
 - K** - Jogos Tradicionais
 - L** - Não Sabe

No que toca à segunda questão, (“Acha que o património cultural tem um papel importante no desenvolvimento local e regional?”), 361 pessoas acham que “atrai o turismo”, 275 que “traz prestígio”, 198 acham que “protege a identidade dum povo”, 123 acham que “tem reflexos na educação”, 115 que “requalifica os espaços” e 104 respondem que “cria laços sociais. As opções “passado histórico” e “divulgar cultura” só obtiveram 2 respostas.



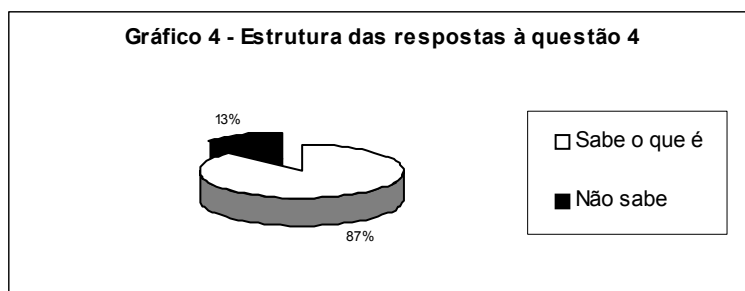
- Legenda:**
- A** - Atrai o Turismo
 - B** - Traz Prestígio
 - C** - Protege a identidade de um povo
 - D** - Tem reflexos na educação
 - E** - Requalifica os espaços
 - F** - Cria laços sociais
 - G** - Outros

Quanto à terceira pergunta (“Sente que participa na defesa do património cultural da sua localidade/região?”), 266 pessoas acham que isso passa por “não danificar os edifícios”, 165 participam “cuidando do ambiente”, 113 “defendendo valores culturais da localidade/região”, 56 “desenvolvendo actividades culturais”, 42 participando em “movimentos cívicos”, 94 não participam e 6 não responderam.

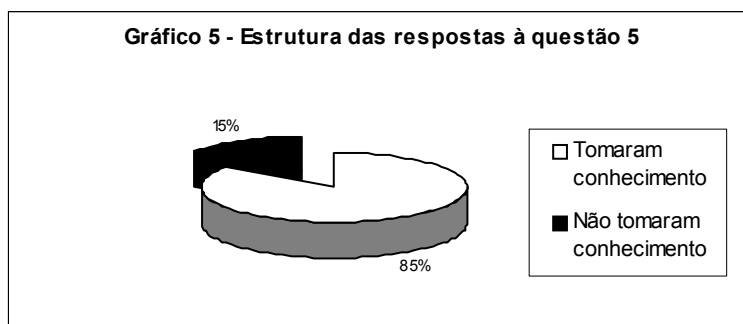


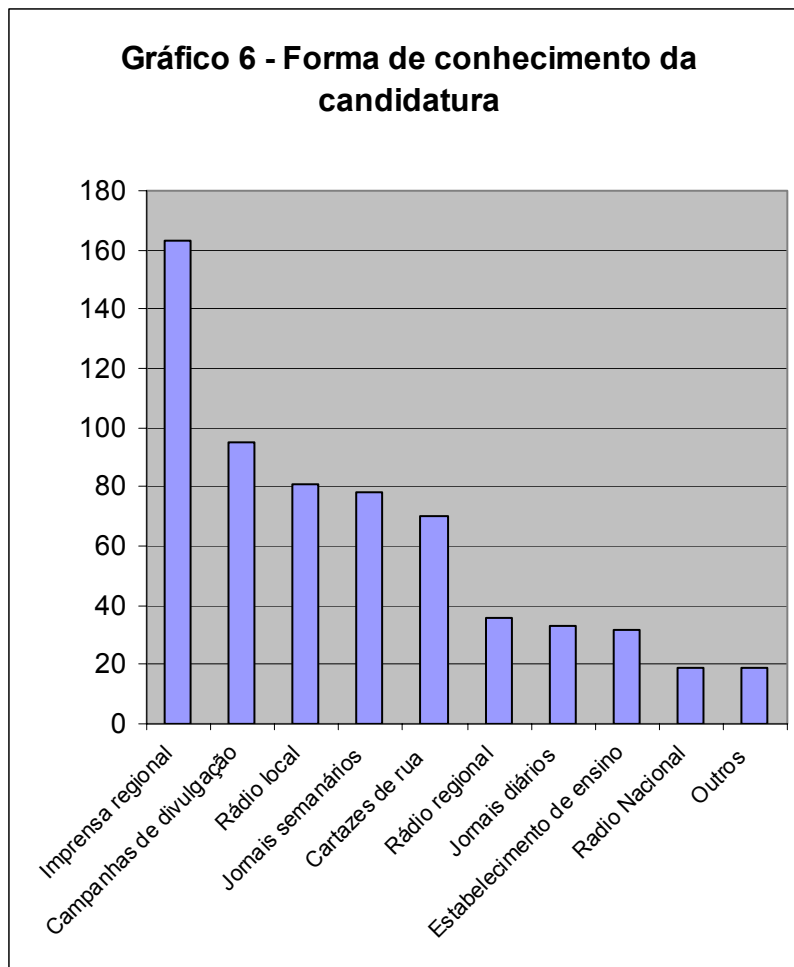
Legenda:
A - Não danificar os edifícios
B - Cuidando do ambiente
C - Defendendo valores culturais da região
D - Desenvolvendo actividades culturais
E - Participação em movimentos cívicos

No que se refere a património mundial (Sabe o que significa?), das 446 respostas obtidas, 384 sabem o que é, 56 não sabem e 6 não responderam.

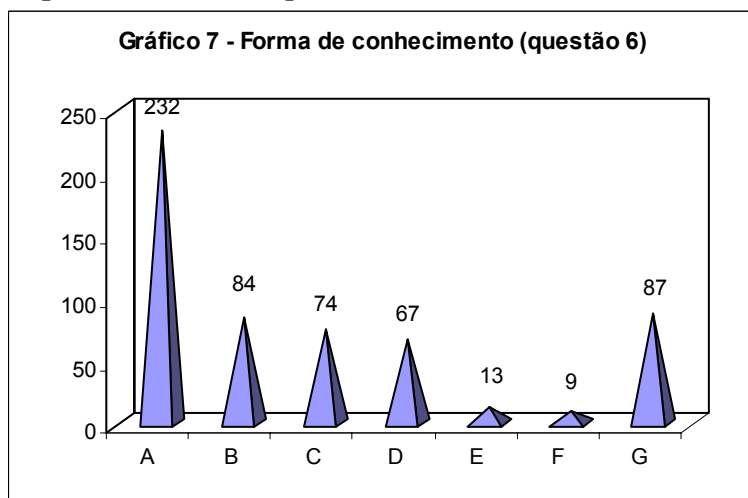


Inquiridas sobre se tomaram conhecimento da candidatura e como obtiveram-se 390 respostas, das quais 163 através da “imprensa regional”, 95 pelas “campanhas de divulgação”, 81 pela “rádio local”, 78 pelos “jornais semanários”, 70 pelos “cartazes de rua”, 36 pela “rádio regional”, 33 pelos “jornais diários”, 32 no “estabelecimento de ensino”, 19 pela “rádio nacional”, 6 pela televisão, 2 trabalham na Câmara de Santarém, 5 em “conversa entre amigos”, 3 na “festa da Candidatura”, 2 pelo “livro da Candidatura”, só 1 pela Internet. Dos inquiridos, 60 afirmam não ter tomado conhecimento.





Quanto aos benefícios trazidos para a cidade e para a região, advindos da Candidatura, das 390 respostas obtidas, 232 apontam para o turismo, 84 acham que há reflexos positivos no desenvolvimento económico, 74 vêm benefícios no aspecto social, 67 dizem que é vantajoso para o ambiente, 13 acham que trouxe benefícios a nível histórico, 9 encontram benefícios na preservação dos monumentos. Das pessoas inquiridas, 87 acham que não trouxe benefícios. Houve 44 pessoas que não responderam a esta questão.



- Legenda:**
- A** - Turismo
 - B** - Desenvolvimento Económico
 - C** - Desenvolvimento Social
 - D** - Ambiente
 - E** - Ao nível histórico
 - F** - Preservação de monumentos
 - G** - Não trouxe benefícios

Tentando, muito sumariamente, interpretar alguns dos resultados, em função das freguesias, verifica-se que, à primeira questão, dos 200 inquiridos em Marvila, 157, a maioria, acha que se trata de “monumentos”. Em Alcanede há 114 que partilham da mesma opinião. Em Almoester, 59 também acham que são “monumentos”. Na Ribeira, de 60 só 42 é que acham que são “monumentos” e no Pombalinho, 36 também entendem como tal. Já em relação aos conjuntos urbanos, tanto em Almoester como na Ribeira ninguém refere esta opção, seja por desconhecimento, seja pela grande degradação em que se encontra o parque habitacional, especialmente na Ribeira.

Quadro 1 - Peso por freguesias das respostas em que o património cultural é identificado como monumentos

Marvila	0,79
Alcanede	0,81
Almoester	0,98
Ribeira	0,70
Pombalinho	0,90

Nesta sequência de ideias parece significativo que, tanto em Almoester como na Ribeira, os inquiridos achem que o “meio ambiente” não tem qualquer significado em termos de património cultural.

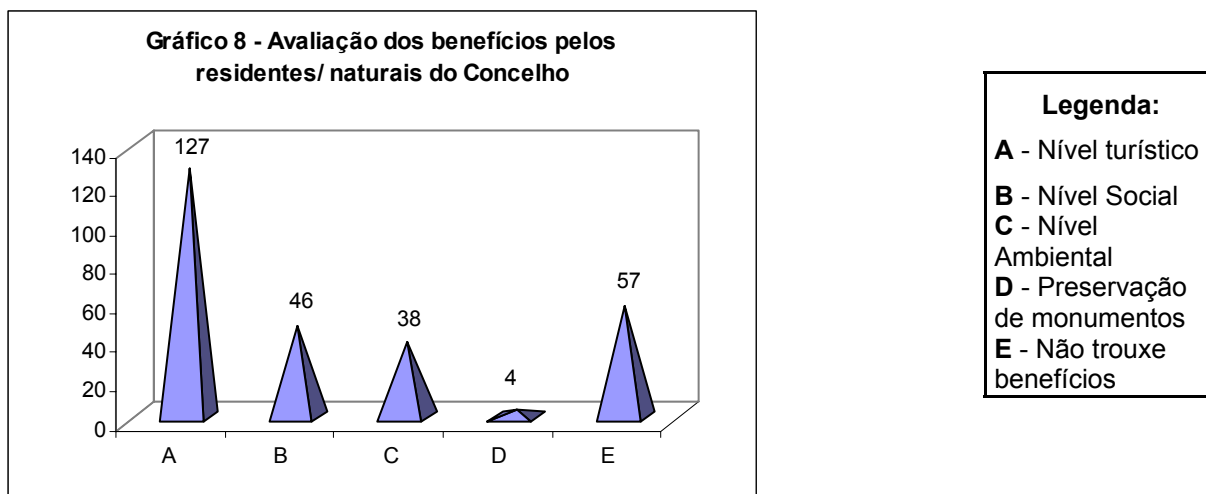
Quanto à segunda pergunta e em relação à melhoria da qualidade de vida, em Almoester e na Ribeira, mais uma vez, os resultados são sintomáticos, e o mesmo se passa quanto a “criar laços sociais” ou a “requalificar os espaços”, não tendo também “reflexos na educação”, muito menos quando se pensa no “passado histórico” ou na “divulgação de cultura”.

No que se refere à terceira questão, relacionada com a “defesa e salvaguarda do património cultural”, 59,6% acha que isso passa por “não danificar os edifícios”, 37% participa “cuidando do ambiente”, 25,3% “defendendo valores culturais”. No entanto, a média dos que não participa é de 21,1%, sendo a maioria registada na Ribeira (43,5%). Quanto às associações culturais, só 96 dos inquiridos é que participa, sendo os máximos das percentagens revelados em Almoester (53,3%) e Alcanede (32,2%) por exemplo, contra 9,4% em Marvila. Isto poderá ser explicado pela existência duma colectividade muito dinâmica em Almoester, onde existem também outras pequenas associações ligadas à cultura com actividade teatral, por exemplo.

Articulando um pouco os dados com as variáveis, observa-se que quem mais desenvolve actividades culturais são as pessoas cujas idades se situam entre os 31-45 anos (cerca de 20,2%).

Dos que vêem benefícios a nível turístico, a maioria situa-se na faixa etária dos 31-45 anos. Os mais pessimistas são aqueles cujas idades oscilam entre os 19-30 e os 46-60, na sua grande percentagem mulheres.

Os mais sensíveis às questões ambientais como um meio de participar na defesa do património cultural são os jovens.



Observando os resultados em função dos residentes/naturais do concelho, há 127 pessoas que acham que a candidatura trouxe benefícios “a nível turístico”, 46 “a nível social”, 38 “a nível ambiental”, 57 acham que a candidatura “não trouxe benefícios” e só 4 é que associam os benefícios à “preservação dos monumentos”.

4.2 - Análise dos dados referentes à entrevista

Foi feita uma grelha das 46 entrevistas, extraindo-se as seguintes conclusões.

Em relação à primeira questão, as pessoas são unânimes em afirmar que o património cultural “tem reflexos no desenvolvimento local e regional” .

Quanto à segunda questão, que incide mais propriamente na Candidatura, a mesma é, na generalidade, considerada importante.

A terceira pergunta da entrevista incide mais concretamente sobre os efeitos da candidatura na cidade e na região.

Quase todas as pessoas interrogadas apontam benefícios, que, para umas são visíveis, para outras, previsíveis.

No entanto, foram feitos alguns reparos.

Ouvidas algumas das pessoas que trabalham e moram no coração da cidade, notou-se um certo receio de que toda a dinâmica se viesse a esbater, decorridos na altura vinte anos sobre a fundação da Associação de Estudo e Defesa do Património de Santarém, cuja acção levou à concretização do Projecto de Candidatura.

Não faltam ideias para a dinamização do centro histórico e de outros locais do concelho, mas sente-se que há algum desânimo naqueles que aguardam há muito que os seus projectos sejam aprovados pela Câmara Municipal.

Por outro lado, as obras respeitantes à Candidatura deveriam ser mais acessíveis, para se conseguir ter um melhor conhecimento do que se está a fazer.

5. Resultados obtidos

De acordo com o proposto inicialmente, tentou-se demonstrar que o Projecto de Candidatura de Santarém a Património Mundial não era um simples acto administrativo, como se poderia pensar, mas sim um projecto com uma dinâmica própria, que estava a contribuir para o desenvolvimento local e regional.

Quanto à primeira hipótese, que havia sido colocada, relativa ao património cultural ter ou não reflexos no desenvolvimento local e regional, mostrou-se positiva, quer nos questionários quer nas entrevistas.

Quanto à segunda hipótese, em que se pretendia testar mais concretamente os benefícios advindos da Candidatura para a cidade e para a região, também ficou claro que existem benefícios visíveis e previsíveis.

Como benefícios visíveis foram apontados, entre outros:

Em primeiro lugar, todo um trabalho de inventariação do património, que não existia, corrigindo-se algumas ideias mal feitas acerca da história da cidade e do concelho;

A valorização desse mesmo património e a sua divulgação em livros e brochuras, exposições, folhetos e campanhas de sensibilização da população para uma maior participação da mesma;

Uma maior projecção da cidade e do concelho, tanto a nível nacional como internacional, atendendo ao prestígio do organismo que decide da justeza da classificação (UNESCO);

O arranjo de alguns edifícios públicos e privados;

A abertura dos monumentos ao público, que tornou possível a sua visita, após vários anos de encerramento;

Um maior número de eventos - quanto mais conhecida é a cidade e o concelho mais eventos vão tendo lugar, como é o caso do Centro Nacional de Exposições e Máquinas Agrícolas (CNEMA).

Como benefícios previsíveis foram referidos os seguintes:

A entrada de Santarém nos roteiros turísticos como Património Mundial;

Uma maior visibilidade de Santarém, que permitirá canalizar novos investimentos, tendo em vista a qualidade dos produtos e serviços, para se diferenciar do que já existe;

Um maior número de visitantes aos monumentos e às festividades locais, o que, com o tempo, virá a beneficiar todo o concelho e a região em geral.

6. Conclusões

O repovoamento dos centros históricos de vilas e cidades tem sido uma das promessas dos candidatos às autarquias, que ameaçam intervir no mercado habitacional, para conseguir esse objectivo, o que, depois de eleitos, raramente cumprem.

O projecto de candidatura de Santarém é um projecto numa autarquia, tendo em vista, não só a protecção dos valores histórico-culturais, urbanísticos, mas também a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento, sendo inovador pelo modo como

conseguiu viabilizar contactos inter-departamentais na Câmara Municipal e desencadear acções, que levaram a uma grande sensibilização da população e à criação de vários postos de trabalho em diversos sectores. A título de exemplo referem-se: as publicações de divulgação de todos os estudos efectuados, as obras de restauro, a guardaria e manutenção de peças e monumentos, as visitas guiadas, os museus, as obras de reabilitação e construção.

É inegável que a actividade associativa patrimonial teve, ao longo de mais de duas décadas, um papel de relevo em todo este processo, no que toca ao estudo e valorização do património histórico-cultural de Santarém, com a necessária sensibilização das populações. Actualmente, a cidade tem uma dinâmica cultural que já vem de muito longe e que é largamente participada.

Por outro lado, nota-se também a grande importância da imprensa regional e local, não só na denúncia aos atentados feitos ao património, mas também na divulgação do mesmo, nos variados artigos que se teve oportunidade de ler e como se comprova no gráfico respeitante à divulgação do Projecto de Candidatura.

No que respeita aos efeitos no desenvolvimento local e regional, os mesmos passam, em primeiro lugar, pelo incremento do turismo, uma mais valia que leva a um maior cuidado por parte das entidades responsáveis, no sentido de o mesmo ser de qualidade.

Numa altura em que Portugal aspira a fazer parte do grupo dos países com maior entrada de turistas em todo o mundo é relevante falar na preservação do que há de bom nas nossas cidades. Daí que, cada vez mais, os autarcas e os munícipes em geral estejam conscientes de que há que valorizar o que temos, permitindo aos residentes e aos turistas que nos visitam usufruir dos muitos vestígios da nossa história.

Mas o desenvolvimento passa também por outros sectores. Santarém já é uma cidade bem situada em termos geográficos e de acessibilidades. Havendo uma maior projecção da cidade e do concelho, tanto a nível nacional como a nível internacional, isso irá ter reflexos a nível de imagem e, conseqüentemente, a nível económico, atraindo mais investidores.

Com a crescente globalização, o progresso tecnológico vai avançando, as máquinas vão substituindo o homem e este vira-se para a cidade, na ânsia de sobrevivência. A cidade, tem, pois, cada vez mais, um papel fundamental, na harmonia que terá de inventar, num esforço conjunto, para requalificar e dignificar os espaços, devolvendo à comunidade as suas referências para que haja uma maior consciência da sua identidade.

Agradecimentos

Desde logo, à Professora Doutora Teresa Júdice Gamito, aos Professores Doutores José Horta Correia e Louis François Larnaud e ao Dr. Jorge Custódio.

Ao Dr. José Correia Noras, anterior Presidente da Câmara Municipal de Santarém, à Dra. Luísa Barbosa, Vereadora do Património nos anos de 1995-1997 e a todas as pessoas, que, directa ou indirectamente, colaboraram para que o estudo fosse possível.

Referências Bibliográficas

- Actas do III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico* (1996) 2º vol. Edição Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- Bodo, C. (1998) “Un thème particulièrement d’actualité en Europe : l’emploi culturel” in *Circular n° 7*, Março, Département des Études et de la Prospective (DEP), Ministère de la Culture et Communication, Paris,13-15.
- Câmara Municipal de Santarém (ed) (1997) *20 anos de Poder Local Democrático*, Santarém.
- Câmara Municipal de Santarém - Associação de Municípios de Lisboa e Vale do Tejo (eds) (1998) *O concelho em números*, Santarém.
- Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* (1987) International Council of Monuments and Sites (ICOMOS).
- Cartas e Convenções Internacionais, in *Informar para Proteger* (1994) [Compilação interna] Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Direcção Regional de Lisboa.
- Choay, F. (1992) *L’allégorie du Patrimoine*, Editions du Seuil.
- Circular n° 7* (1998) Département des Études et de la Prospective (DEP), Ministère de la Culture et Communication, Paris,15.
- Coelho, M.J.P. (1997) *Património Mundial - Portugal*, Estar Editora, Lda.
- Custódio, J.(1979) *O Património Monumental de Santarém: Fases da sua destruição*, Edição da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-cultural de Santarém.
- Custódio, J.(1988) “ A política cultural da Câmara e a viragem do presidente Botas” *O Ribatejo*, Santarém, 29/4/88,5.
- Custódio, J.(1996a) “ A Candidatura de Santarém a Património Mundial: um Projecto Autárquico”- comunicação apresentada no IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Oeiras, 21, 22 e 23 de Novembro.
- Custódio, J. (ed) (1996b) *Santarém Cidade do Mundo* - Investigação realizada no âmbito da Candidatura de Santarém à Classificação pela UNESCO como Património Mundial, 2 volumes,1ª Edição Câmara Municipal de Santarém.
- Custódio, J. (ed) (1997) *Património Monumental de Santarém. Inventário. Estudos Descritivos*- Edição Câmara Municipal de Santarém.
- Gabriel. M.E. (1998) *O lugar do património no desenvolvimento local e regional- o caso de Santarém*- tese de mestrado não publicada, Universidade do Algarve e Universidade de Paris VIII.
- Galhardo, M.(1996)“As Convenções da UNESCO no domínio do património cultural”,* Direito do Património Cultural, edição do Instituto Nacional de Administração, 97.
- Hall, E. T.(1979) *Au-delà de la culture*, Editions du Seuil.
- Lourenço, E. (1988) “Portugal- Identidade e Imagem”, Nós e a Europa ou as duas razões, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- O Ribatejo*, Santarém, 4/4/1986, 2.
- Rodrigues, J.A. (1985) “ Recado aos Autarcas” *O Ribatejo*, Santarém, 13/12/1985, 5.
- Saldanha, N.(1997) “ Património- a metáfora do tempo. Reflexões em torno de uma ideia” in Coelho, M. J., *Património Mundial - Portugal*, Estar Editora, Lda.
- Serrão, V. (1997) Prefácio do livro de Coelho, M.J. *Património Mundial - Portugal*, Estar Editora, Lda.